



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de LICENCIATURA

Unidade curricular

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III – 4º ANO / NOITE (2018/2019)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 horas semanais (2 horas de aula teórica)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Assistentes (4 horas de aulas práticas)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecer os fundamentos e regimes da ação executiva cível, em ordem à aquisição de competências de aplicação crítica das normas respetivas tanto em ambiente teórico, como na vida prática.

Conteúdos programáticos



I. PARTE. EXECUÇÃO PROCESSUAL

TÍTULO I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I. JUSTIFICAÇÃO, PRINCÍPIOS E FONTES. § 1º. Justificação constitucional; § 2º Realização coactiva da prestação; § 3º Integração nos tipos de acções; § 4º. Princípios gerais e privativos; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013

CAPÍTULO II. OBJECTO E ESPECÍES DE EXECUÇÃO. § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objectiva.

TÍTULO II - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA EXECUTIVA

CAPÍTULO I. TRIBUNAL § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria.

CAPÍTULO II. AGENTE DE EXECUÇÃO § 12º. Competência funcional; § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica

CAPÍTULO III. REGISTO INFORMÁTICO DE EXECUÇÕES § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções

II. PARTE. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

TÍTULO I - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJECTO

CAPÍTULO I. EXEQUIBILIDADE FORMAL § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu.

CAPÍTULO II. EXEQUIBILIDADE MATERIAL § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez.

TÍTULO II - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO TRIBUNAL

CAPÍTULO I. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional.

CAPÍTULO II. COMPETÊNCIA INTERNA § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria; § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território; § 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva.

TÍTULO III - PRESSUPOSTOS RELATIVOS ÀS PARTES

§ 44º. Remissão para o regime comum; § 45º. Legitimidade singular; § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio

TÍTULO IV - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJETO



§ 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos § 49º Cumulação de execuções

III. PARTE. PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO

PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

TÍTULO I - FASE INTRODUTÓRIA

CAPÍTULO I. FORMAS PROCEDIMENTAIS. § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução.

CAPÍTULO II. IMPULSO. § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);

CAPÍTULO III. RECEBIMENTO E CITAÇÃO § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação.

CAPÍTULO IV. OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial; § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente

TÍTULO II - PENHORA

CAPÍTULO I. OBJECTO § 66º. Delimitação substantiva e subjectiva; § 67º Princípios: proporcionalidade e adequação; § 68º Bens qualitativamente impenhoráveis; § 69º Bens quantitativamente impenhoráveis; § 70º Penhorabilidade subsidiária objectiva; penhora de dívidas de cônjuges § 71º Penhorabilidade subsidiária subjectiva; § 72º Penhora na execução de herdeiro.

CAPÍTULO II. INDICAÇÃO DE BENS E ACTOS PREPARATÓRIOS § 73º. Indicação de bens; § 74º Actos preparatórios;

CAPÍTULO III. ACTO DE PENHORA § 75º Regras gerais; § 76º Penhora de coisas imóveis; § 77º Penhora de coisas móveis; § 78º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 79º Penhora de direitos

CAPÍTULO V. EFEITOS E VICISSITUDES. § 80º Efeitos da penhora; § 81º Substituição e reforço; § 82º Frustração; § 83º Levantamento;

CAPÍTULO VI. IMPUGNAÇÃO § 84º Generalidades: meios e sua articulação; § 85º Oposição à penhora; § 86º Reclamação do acto de penhora; § 87º Simple requerimento; § 88º Oposição à penhora de móveis não registáveis; § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação.

TÍTULO III - INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE E RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS

CAPÍTULO I. INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE § 92º Pressupostos; § 93º Modo de citação; § 94º Falta e nulidade da citação; § 95º Estatuto processual.

CAPÍTULO II. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS § 96 Pressupostos; § 97º Pluralidade de execuções; § 98º Modo de citação; § 99º Falta e nulidade da citação; § 100º Reclamação espontânea; § 101º Procedimento; § 102º Sentença de graduação.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

TÍTULO IV - VENDA EXECUTIVA E PAGAMENTO

CAPÍTULO I. VENDA EXECUTIVA. § 103º Aspectos e procedimento comuns; 104º Venda de bens indivisos e patrimónios autónomos; § 105º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; § 106º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 107º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 108º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 109º Efeitos e natureza da venda executiva; § 110º Invalidades e vícios da venda.

CAPÍTULO II. PAGAMENTO § 111º Procedimento; § 112º Pagamento mínimo; § 113º Entrega de dinheiro; § 114º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 115º Consignação de rendimentos.

TÍTULO IV - EXTINÇÃO; RENOVAÇÃO

CAPÍTULO I. EXTINÇÃO § 116º Causas; § 117º Pagamento voluntário, em especial; § 118º Verificação; § 119º Anulação da execução

CAPÍTULO II. RENOVAÇÃO § 120º Pressupostos; § 121º Verificação.

IV. PARTE. PROCEDIMENTOS DA EXECUÇÃO

PARA ENTREGA DE COISA CERTA E DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

TÍTULO I - EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA

122º Fase introdutória; § 123º Oposição à execução, em especial; § 124º Apreensão; § 125º Oposição à apreensão; § 126º Entrega; § 127º Convolução; § 128º Extinção

TÍTULO II - EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

§ 129º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 130º Oposição à execução, em especial; § 131º Prestação pelo executado; § 132º Prestação por terceiro; § 133º Convolução; § 134º Extinção

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias escolhidas constituem os fundamentos e regimes mais relevantes da ação executiva cível em Portugal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A matéria será lecionada em (A) AULAS TEÓRICAS (2 horas semanais) e (B) AULAS PRÁTICAS (2 horas semanais).

A) CRONOGRAMA DAS AULAS TEÓRICAS

SEMANA	AULA+ CONTEÚDOS
	1ª AULA: Metodologia: programa; calendário; avaliação; materiais pedagógicos; § 1º. Justificação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1ª SEMANA Início de aulas: 18.2.2019	constitucional; § 2º Realização coactiva da prestação; § 3º Integração nos tipos de acções; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013. 2ª AULA: § 4º. Princípios gerais e privativos; § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objectiva
2ª SEMANA 25.2.2019	3ª AULA: § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria; § 12º. Competência funcional; § § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica. 4ª AULA: § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções.
3ª SEMANA 4.3.2019	5ª AULA: § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular. 6ª AULA: (Continuação): § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu
4ª SEMANA 11.3.2019	7ª AULA: § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez. 8ª AULA: § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional; § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria;
5ª SEMANA 18.3.2019	9ª AULA: § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	<p>§ 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva. 10ª AULA: § 44º. Remissão para o regime comum; § 45º. Legitimidade singular.</p>	
<p>6ª SEMANA 25.3.2019</p>	<p>11ª AULA: § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio; § 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos. 12ª AULA: § 49º Cumulação de execuções; § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução; § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);</p>	
<p>7ª SEMANA 1.4.2019</p>	<p>13ª AULA: § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação. 14ª AULA: § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial.</p>	
<p>8ª SEMANA 8.4.2019 15-22.4.2019 (Férias da Páscoa)</p>	<p>15ª AULA: § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente. 16ª AULA: § 66º. Delimitação substantiva e subjectiva; § 67º Princípios: proporcionalidade e adequação; § 68º Bens qualitativamente impenhoráveis;</p>	
<p>9ª SEMANA Aulas reiniciam-se a 23.4.2019</p>	<p>17ª AULA: § 69º Bens quantitativamente impenhoráveis; § 70º Penhorabilidade subsidiária objectiva; penhora de dívidas de cônjuges; § 71º Penhorabilidade subsidiária subjectiva. 18ª AULA: § 72º Penhora na execução de herdeiro; § 73º. Indicação de bens; § 74º Actos preparatórios; § 75º Regras gerais; § 76º Penhora de coisas imóveis.</p>	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10ª SEMANA 29.4.2019	19ª AULA: § 77º Penhora de coisas móveis; § 78º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 79º Penhora de direitos. 20ª AULA: § 80º Efeitos da penhora; § 81º Substituição e reforço; § 82º Frustração; § 83º Levantamento;
11ª SEMANA 6.5.2019	21ª AULA: § 84º Generalidades: meios e sua articulação; § 85º Oposição à penhora; § 86º Reclamação do acto de penhora; § 87º Simple requerimento; § 88º Oposição à penhora de móveis não registáveis; 22ª AULA: § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação
12ª SEMANA 13.5.2019	23ª AULA: § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação. 24ª AULA: § 92º Pressupostos; § 93º Modo de citação; § 94º Falta e nulidade da citação; § 95º Estatuto processual: § 96 Pressupostos; § 97º Pluralidade de execuções; § 98º Modo de citação; § 99º Falta e nulidade da citação; § 100º Reclamação espontânea.
13ª SEMANA 20.5.2019	25ª AULA: § 101º Procedimento; § 102º Sentença de graduação; § 103º Aspectos e procedimento comuns; 104º Venda de bens indivisos e patrimónios autónomos; § 105º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; 26ª AULA: § 106º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 107º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 108º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 109º Efeitos e natureza da venda executiva; § 110º Invalidades e vícios da venda.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

14ª SEMANA

27.5.2019

27ª AULA: § 111º Procedimento; § 112º Pagamento mínimo; § 113º Entrega de dinheiro; § 114º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 115º Consignação de rendimentos; § 116º Causas; § 117º Pagamento voluntário, em especial; § 118º a 121º (breves notas). **28ª AULA:** ENTREGA DE COISA CERTA: 122º Fase introdutória; § 123º Oposição à execução, em especial; § 124º Apreensão; § 125º Oposição à apreensão; § 126º Entrega; § 127º Convolação; § 128º Extinção; PRESTAÇÃO DE FACTO: § 129º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 130º Oposição à execução, em especial; § 131º Prestação pelo executado; § 132º Prestação por terceiro; § 133º Convolação; § 134º Extinção

B) Nas AULAS PRÁTICAS o aluno irá colocar dúvidas, resolver casos práticos, fazer simulações de peças processuais e analisar jurisprudência, oralmente e por escrito. Estas tarefas serão objeto de AVALIAÇÃO, sendo que o pensamento crítico e criativo será especialmente valorizado.

A AVALIAÇÃO comporta os seguintes componentes

- ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 1 (30%): resolução de casos práticos, análise de jurisprudência e intervenções, chamadas orais. Pode haver lugar à realização de peças processuais simuladas.**
- ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 2 (20%): exercício escrito realizado em casa, na semana de 29 de abril a 3 de maio de 2019.**
- EXAME ESCRITO (VALE 50%): data marcada pelo órgão escolar competente.**

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a perceção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.



Bibliografia principal

ELEMENTOS DE APOIO

- i. BLOGUE DA CADEIRA: [elearning](#)
- ii. BASE DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA: <http://www.dgsi.pt>
- iii. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/> + www.dre.pt

BIBLIOGRAFIA

A amarelo estão marcadas as obras mais importantes para as aulas

A. REFERÊNCIA

RUI PINTO, *A Ação Executiva*, AAFDL, 2018

RUI PINTO, *Código de Processo Civil anotado*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 2018

RUI PINTO, *Novos estudos de processo civil*, Petrony, 2017.

RUI PINTO / HELENA TOMAZ, *Procedimento extrajudicial pré-executivo*, Coimbra Editora, 2015.

B. BÁSICA

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa*, 2ª ed., Lisboa, Quid Juris, 2016.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Curso de processo de execução*, Coimbra, Almedina, 12ª ed., 2010.

FREITAS, José Lebre de, *A acção executiva*, 6ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

_____, *Apreciação do projecto de diploma de reforma da acção executiva*, ROA 68/I (2008),

http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=71980&ida=72371

_____, vide FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro

FREITAS, José Lebre de/ ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 1º, 3ª ed., Almedina, 2014.

FREITAS, José Lebre de/ MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º - *Artigos 676º a 943º*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

FREITAS, José Lebre de/REDINHA, João/PINTO, Rui, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 1º - *Artigos 1º a 380º*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999 (reimp. 2008).



GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, Coimbra, Almedina, 2016.

RIBEIRO, Virgínio / REBELO, Sérgio, *A Ação Executiva Anotada e Comentada*, 2 ed., Coimbra, Almedina, 2016.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *A reforma da acção executiva*, Lisboa, Lex, 2004.

_____, *Acção executiva singular*, Lex, Lisboa, (1998).

C. COMPLEMENTAR

Posterior à Reforma de 2013

AMARAL, Patrícia Isabel Duarte, *Extensão do título executivo ao cônjuge do executado no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015.

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Jurisdição e Caso Estabilizado*, Lisboa, Quid Juris, 2017.

CARVALHO, Filipa Isabel dos Santos, *Os poderes processuais do cônjuge do executado*, FDUC, Coimbra, 2018.

Posterior à Reforma de 2008

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Jurisdição e Caso Estabilizado*, Lisboa, Quid Juris, 2017.

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Sobre a venda em leilão eletrónico*, PDF, 2016.

FERNANDEZ, Elisabeth, *A (pretensa) reforma da acção executiva*, CDP 26/Abr-Jun (2009)

FREITAS, Lebre de *Apreciação do projecto de diploma de reforma da acção executiva*, ROA 68/I (2008);

Posterior à Reforma de 2003

Balanço da Reforma da Acção Executiva. Segredo de Justiça e Dever de Reserva (II Encontro Anual de 2004), Conselho Superior da Magistratura, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

BAPTISTA, José João, *Acção Executiva*, 9.^a ed, Lisboa, SPB, 2004.

CAMPOS, Isabel Menéres, *As questões não resolvidas da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

CAPELO, Maria José, *Pressupostos Processuais Gerais na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 79-104.

FIALHO, António José, *Da teoria à prática. Algumas dificuldades na aplicação do novo regime da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).



- FREITAS, José Lebre de, *Agente de Execução e Poder Jurisdicional*; Themis 4/VII (2003), 19-34.
- _____, *Competência do tribunal de execução para a liquidação da obrigação no caso de sentença genérica arbitral*, ROA, 2006, I. ROA 66/I (2008),
<http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=47772&anoID=47770>
- _____, *O primeiro ano de uma reforma executiva adiada*, Sub Judice 29 (2005).
- GARCIA, Maria Olinda, *A responsabilidade do Exequente e de Outros Intervenientes Processuais. Breves Considerações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.
- GERALDES, A. Abrantes, *Títulos Executivos*, Themis 4/VII (2003), 35-36.
- GOMES, Januário da Costa Gomes, *Penhora de direitos de crédito. Breves notas*, Themis 4/VII (2003), 105-132.
- GOMES, Manuel Tomé, *Balanço da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).
- GOUVEIA, Mariana França, *Penhora e Alienação de Bens Móveis na Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 165-198.
- _____, *Poder geral de controlo*, Sub Judice 29 (2005).
- LEITÃO, Hélder Martins, *Processo de Execução*, 3.ª ed., Porto, 2006
- LOURENÇO, Paula Meira, *Metodologia e Execução da Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 261-284.
- MENDES, Armindo Ribeiro, *Reclamação de Créditos no Processo Executivo*, Themis 4/VII (2003), 215-240.
- PAIVA, Eduardo/CABRITA, Helena, *O Processo Executivo e o Agente de Execução – A Tramitação da Acção Executiva Face às Alterações Introduzidas pelo Decreto-Lei N.º 226/2008, de 20 de Novembro*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, *Prontuário de formulários e trâmites*, vol. IV – *Processo executivo*, Lisboa, Quid Juris, 2007.
- Perguntas Frequentes sobre a Reforma da Acção Executiva*, 2ª ed., MJ/GAM, Coimbra, Almedina, 2005.
- PIMENTA, Paulo, *Reflexões sobre a nova acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).
- PINTO, Rui, *A acção executiva depois da reforma*, Lisboa, Quid Jus / Lex, 2004.
- _____, *Penhora e Alienação de outros direitos. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Themis 4/VII (2003), 133-164.
- _____, *Penhora, Venda e Pagamento. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Lisboa, Lex, 2003.
- Reforma da acção executiva. Boas práticas*, Lisboa, CEJ/ OA / CS / CFOA/ MJ-
GPLEP, CSM e CSMP, 2006
- REGO, Carlos Lopes do Rego, *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2.ª ed., Coimbra,



Almedina, 2004

_____, *Papel e Estatuto dos Intervenientes no Processo Executivo*, Lisboa, Lex, 2004.

_____, *Penhorabilidade de vencimentos e pensões*, Sub Judice 29 (2005).

_____, *Requisitos da Obrigação Exequenda*, Themis 4/VII (2003), 67-78

SAMPAIO, J. M. Gonçalves, *A acção executiva e a problemática das execuções injustas*, 2º ed., Coimbra, Almedina, 2008.

SILVA, Paula Costa e, *As Garantias do Executado*, Themis 4/VII (2003), 199-214.

_____, *A reforma da acção executiva*, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

_____, *Processo de Execução*, vol. I - *Títulos Executivos Europeus*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.

_____, *O Título Executivo Europeu*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

SOARES, Carlos Oliveira, *O Caso Julgado na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 241-260.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *Aspectos gerais da reforma da acção executiva*, Cadernos de Direito Privado 4 (2003), 3-25.

Anterior à Reforma de 2003 e posterior a 1961

CASTRO, Artur Anselmo de, *A acção executiva singular, comum e especial*, Coimbra, Coimbra Editora, (1970).

COSTA, Ary de Almeida Elias da, *Guia do Processo de Execução*, Coimbra, Almedina, (1968).

MARQUES, J.P. Remédio, *A penhora e a reforma do processo civil, em especial a penhora de depósitos bancários e do estabelecimento comercial*, Lisboa, Lex, 2000.

_____, *Curso de processo executivo comum à face do Código revisto*, Coimbra, Almedina, 2000

FREITAS, José Lebre de, *A penhora do direito ao arrendamento e trespasse*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, vol. III – Direito do Arrendamento Urbano, Coimbra, Almedina, (2002), 477-491

_____, *Da impenhorabilidade do direito do lojista de centro comercial*, sep. ROA 59/I, (1999), 60.

LOPES, Baptista, *A penhora*, (1967).

LOPES-CARDOSO, Eurico, *Manual da Acção Executiva*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 1968 (2ª reimp.1996, rev. por Álvaro Lopes-Cardoso),

MENDES, João de Castro, *Direito Processual Civil III*, Lisboa, AAFDL, (1987).

PINTO, Rui, *A penhora por dívida dos cônjuges*, Lisboa, Lex, (1993).

PRAZERES, Gama, *Do processo de execução no actual Código de Processo Civil*, Braga, Livraria Cruz, (1963).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SILVA, Germano Marques da, *Lições de direito processual civil*, policop., Lisboa, UCP, (1984).

Anterior a 1961

CRUZ, Manuel Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges. Anteprojecto dum Título do futuro Código Civil.*, BMJ 69 (1957), 353-429.

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I [- Artigos 1º a 408º], 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1948 (reimp. 1982).

_____, *Execução por dívidas dos cônjuges*, BFD XII, (1932), 203.

_____, *Processo de Execução*, 2 vols., 3ª ed., s.d., reimp., Coimbra, Coimbra Editora, (1985).

SERRA, Adriano Vaz, *Realização coactiva da prestação. Execução. Regime civil*, BMJ 73 (1958), 31-394.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Course LICENCIATURA

Curricular unit

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (DEBT EXECUTION) – 4TH YEAR /
NIGHT CLASS (2018/2019)**

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 hours per week (2 theoretical classes hours)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Assistent teachers (4 practical classes hours per week)

Learning outcomes of the curricular unit

Understanding the fundamental and legal frameworks of the civil debt execution, in order to create in the student skills of critical application of the rules in both theoretical environment as in practical court life.

Syllabus



I. PARTE. EXECUÇÃO PROCESSUAL

TÍTULO I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I. JUSTIFICAÇÃO, PRINCÍPIOS E FONTES. § 1º. Justificação constitucional; § 2º Realização coactiva da prestação; § 3º Integração nos tipos de acções; § 4º. Princípios gerais e privativos; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013

CAPÍTULO II. OBJECTO E ESPECÍES DE EXECUÇÃO. § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objectiva.

TÍTULO II - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA EXECUTIVA

CAPÍTULO I. TRIBUNAL § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria.

CAPÍTULO II. AGENTE DE EXECUÇÃO § 12º. Competência funcional; § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica

CAPÍTULO III. REGISTO INFORMÁTICO DE EXECUÇÕES § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções

II. PARTE. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

TÍTULO I - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJECTO

CAPÍTULO I. EXEQUIBILIDADE FORMAL § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu.

CAPÍTULO II. EXEQUIBILIDADE MATERIAL § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez.

TÍTULO II - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO TRIBUNAL

CAPÍTULO I. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional.

CAPÍTULO II. COMPETÊNCIA INTERNA § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria; § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território; § 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva.

TÍTULO III - PRESSUPOSTOS RELATIVOS ÀS PARTES

§ 44º. Remissão para o regime comum; § 45º. Legitimidade singular; § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio

TÍTULO IV - PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO OBJETO



§ 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos § 49º Cumulação de execuções

III. PARTE. PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO

PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

TÍTULO I - FASE INTRODUTÓRIA

CAPÍTULO I. FORMAS PROCEDIMENTAIS. § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução.

CAPÍTULO II. IMPULSO. § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);

CAPÍTULO III. RECEBIMENTO E CITAÇÃO § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação.

CAPÍTULO IV. OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial; § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente

TÍTULO II - PENHORA

CAPÍTULO I. OBJECTO § 66º. Delimitação substantiva e subjectiva; § 67º Princípios: proporcionalidade e adequação; § 68º Bens qualitativamente impenhoráveis; § 69º Bens quantitativamente impenhoráveis; § 70º Penhorabilidade subsidiária objectiva; penhora de dívidas de cônjuges § 71º Penhorabilidade subsidiária subjectiva; § 72º Penhora na execução de herdeiro.

CAPÍTULO II. INDICAÇÃO DE BENS E ACTOS PREPARATÓRIOS § 73º. Indicação de bens; § 74º Actos preparatórios;

CAPÍTULO III. ACTO DE PENHORA § 75º Regras gerais; § 76º Penhora de coisas imóveis; § 77º Penhora de coisas móveis; § 78º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 79º Penhora de direitos

CAPÍTULO V. EFEITOS E VICISSITUDES. § 80º Efeitos da penhora; § 81º Substituição e reforço; § 82º Frustração; § 83º Levantamento;

CAPÍTULO VI. IMPUGNAÇÃO § 84º Generalidades: meios e sua articulação; § 85º Oposição à penhora; § 86º Reclamação do acto de penhora; § 87º Simple requerimento; § 88º Oposição à penhora de móveis não registáveis; § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação.

TÍTULO III - INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE E RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS

CAPÍTULO I. INTERVENÇÃO DO CÔNJUGE § 92º Pressupostos; § 93º Modo de citação; § 94º Falta e nulidade da citação; § 95º Estatuto processual.

CAPÍTULO II. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS § 96 Pressupostos; § 97º Pluralidade de execuções; § 98º Modo de citação; § 99º Falta e nulidade da citação; § 100º Reclamação espontânea; § 101º Procedimento; § 102º Sentença de graduação.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

TÍTULO IV - VENDA EXECUTIVA E PAGAMENTO

CAPÍTULO I. VENDA EXECUTIVA. § 103º Aspectos e procedimento comuns; 104º Venda de bens indivisos e patrimónios autónomos; § 105º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; § 106º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 107º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 108º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 109º Efeitos e natureza da venda executiva; § 110º Invalidades e vícios da venda.

CAPÍTULO II. PAGAMENTO § 111º Procedimento; § 112º Pagamento mínimo; § 113º Entrega de dinheiro; § 114º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 115º Consignação de rendimentos.

TÍTULO IV - EXTINÇÃO; RENOVAÇÃO

CAPÍTULO I. EXTINÇÃO § 116º Causas; § 117º Pagamento voluntário, em especial; § 118º Verificação; § 119º Anulação da execução

CAPÍTULO II. RENOVAÇÃO § 120º Pressupostos; § 121º Verificação.

IV. PARTE. PROCEDIMENTOS DA EXECUÇÃO

PARA ENTREGA DE COISA CERTA E DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

TÍTULO I - EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA

122º Fase introdutória; § 123º Oposição à execução, em especial; § 124º Apreensão; § 125º Oposição à apreensão; § 126º Entrega; § 127º Convolução; § 128º Extinção

TÍTULO II - EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO

§ 129º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 130º Oposição à execução, em especial; § 131º Prestação pelo executado; § 132º Prestação por terceiro; § 133º Convolução; § 134º Extinção

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The chosen matters are both the fundamentals of the debt execution in Portugal as the most important aspects of the portuguese legal framework.

Teaching methodologies (including evaluation)

The matters will be taught in (A) THEORETICAL CLASSES (2 classes per week) and in (B) PRACTICAL CLASSES (2 classes per week).

A) THEORETICAL CLASSES TIMETABLE

WEEK	CLASS + SUBJECT
-------------	------------------------



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

<p>1st WEEK</p> <p>Begining of the classes: 18.2.2019</p>	<p>1st CLASS: Metodologia: programa; calendário; avaliação; materiais pedagógicos; § 1º. Justificação constitucional; § 2º Realização coactiva da prestação; § 3º Integração nos tipos de acções; § 5º. Fontes; as reformas de 2003, 2008 e 2013. 2nd CLASS: § 4º. Princípios gerais e privativos; § 6º. Causa de pedir; § 7º Pedido; § 8º. Tripartição objectiva</p>	
<p>2nd WEEK</p> <p>25.2.2019</p>	<p>3rd CLASS: § 9º. Competência funcional activa; § 10º. Competência funcional passiva; § 11º Secretaria; § 12º. Competência funcional; § 12º-A Competência pré-executiva: o procedimento extrajudicial pré-executivo; § 13º. Escolha e destituição; § 14º. Estatuto e honorários; § 15º Responsabilidade; § 16º Regime dos actos; § 17º Reclamação dos actos; § 18º Natureza jurídica. 4th CLASS: § 19º. Função e objecto; § 20º. Procedimento; § 21º Vicissitudes; § 22º Lista pública de execuções.</p>	
<p>3rd WEEK</p> <p>4.3.2019</p>	<p>5th CLASS: § 23º. Conceito e natureza de título; § 24º. Tipicidade e modalidades; § 25º Sentença condenatória; § 26º Documento autêntico ou autenticado; § 27º Documento particular. 6th CLASS: (Continuação): § 27º Documento particular; os títulos de crédito; § 28º Documentos avulsos extrajudiciais; § 29º Documentos avulsos judiciais impróprios; injunção, em especial; § 30º Título executivo europeu</p>	
<p>4th WEEK</p> <p>11.3.2019</p>	<p>7th CLASS: § 31º. Justificação e conceito; § 32º. Exigibilidade; § 33º Certeza; § 34º Liquidez. 8th CLASS: § 35º. Regulamentos comunitários; § 36º Direito interno; § 37º. Competência convencional; § 38º. Competência em razão da hierarquia; § 39º. Competência em razão da matéria;</p>	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5th WEEK 18.3.2019	9th CLASS: § 40º. Competência em razão da forma e do valor; § 41º. Competência em razão do território; § 42º. Competência convencional; § 43º Arbitragem executiva. 10th CLASS: § 44º. Remissão para o regime comum; § 45º. Legitimidade singular.
6th WEEK 25.3.2019	11th CLASS: § 46º. Legitimidade plural: litisconsórcio e coligação; § 47º Patrocínio; § 48º. Pressupostos negativos; pressupostos positivos. 12th CLASS: § 49º Cumulação de execuções; § 50º. Processo comum de execução; formas ordinária e sumária; § 51º Processos especiais de execução; § 52º. Acto de impulso (requerimento executivo);
7th WEEK 1.4.2019	13th CLASS: § 53º Recebimento e Pendência: início, modificações objectivas e intervenções de terceiros; § 54º Controlo inicial: administrativo e judicial; § 55º Citação. 14th CLASS: § 56º Função e natureza; § 57º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial; § 58º Causa de pedir na oposição à execução de título judicial impróprio; § 59º Causa de pedir na oposição à execução de título extrajudicial.
8th WEEK 8.4.2019 15-22.4.2019 (Easter Holidays)	15th CLASS: § 60º Pedido; § 61º Pressupostos processuais; § 62º Momento e efeitos da pendência; § 63º Procedimento; § 64º Valor e efeitos materiais e processuais da sentença final; § 65º Responsabilidade civil do exequente. 16th CLASS: § 66º. Delimitação substantiva e subjectiva; § 67º Princípios: proporcionalidade e adequação; § 68º Bens qualitativamente impenhoráveis;
9th WEEK Classes restart 23.4.2019	17th CLASS: § 69º Bens quantitativamente impenhoráveis; § 70º Penhorabilidade subsidiária objectiva; penhora de dívidas de cônjuges; § 71º Penhorabilidade subsidiária subjectiva. 18th CLASS: § 72º Penhora na execução de herdeiro; § 73º. Indicação de bens; § 74º Actos preparatórios: § 75º



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	Regras gerais; § 76º Penhora de coisas imóveis.	
10th WEEK 29.4.2019	19th CLASS: § 77º Penhora de coisas móveis; § 78º Penhora de coisas móveis sujeitas a registo; § 79º Penhora de direitos. 20th CLASS: § 80º Efeitos da penhora; § 81º Substituição e reforço; § 82º Frustração; § 83º Levantamento;	
11st WEEK 6.5.2019	21st LASS: § 84º Generalidades: meios e sua articulação; § 85º Oposição à penhora; § 86º Reclamação do acto de penhora; § 87º Simple requerimento; § 88º Oposição à penhora de móveis não registáveis; 22nd CLASS: § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação	
12nd WEEK 13.5.2019	23rd CLASS: § 89º Embargos de terceiro: causa de pedir e pedido; tramitação; efeitos; § 90º Recurso; § 91º Reclamação. 24th CLASS: § 92º Pressupostos; § 93º Modo de citação; § 94º Falta e nulidade da citação; § 95º Estatuto processual: § 96 Pressupostos; § 97º Pluralidade de execuções; § 98º Modo de citação; § 99º Falta e nulidade da citação; § 100º Reclamação espontânea.	
13th WEEK 20.5.2019	25th CLASS: § 101º Procedimento; § 102º Sentença de graduação; § 103º Aspectos e procedimento comuns; 104º Venda de bens indivisos e patrimónios autónomos; § 105º Modalidades necessárias: venda em bolsa de capitais ou de mercadorias; venda directa; 26th CLASS: § 106º Modalidades regra: venda por leilão eletrónico; § 107º Modalidades eventuais: venda por proposta em carta fechada, venda de estabelecimento comercial, venda em estabelecimento de leilão, venda em depósito público, venda por negociação particular § 108º Direitos de terceiros: preferências reais; direito de remição; § 109º Efeitos e natureza da venda executiva; §	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

	110º Invalidades e vícios da venda.
14th WEEK 27.5.2019	27th CLASS: § 111º Procedimento; § 112º Pagamento mínimo; § 113º Entrega de dinheiro; § 114º Adjudicação; de vencimentos e saldos bancários, em especial; § 115º Consignação de rendimentos; § 116º Causas; § 117º Pagamento voluntário, em especial; § 118º a 121º (breves notas). 28th CLASS: ENTREGA DE COISA CERTA: 122º Fase introdutória; § 123º Oposição à execução, em especial; § 124º Apreensão; § 125º Oposição à apreensão; § 126º Entrega; § 127º Convolação; § 128º Extinção; PRESTAÇÃO DE FACTO: § 129º Fase introdutória; fixação (eventual) de prazo § 130º Oposição à execução, em especial; § 131º Prestação pelo executado; § 132º Prestação por terceiro; § 133º Convolação; § 134º Extinção

B) In the PRACTICAL CLASS the student will put questions, solve practical hipothetic situations, elaborate simulated procedural acts and analyse court decisions. These tasks will be evaluated both orally as in writing. Critical and creative thinking will be especially considered valued.

The EVALUATION is composed of the following elements

– **EVALUATION ELEMENT Nr 1 (30%): practical cases resolution, court decisions analyses and oral contributions; oral questions may take place. The students may also be demanded to make simulated procedural acts.**

– **EVALUATION ELEMENT Nr 2 (20%): home written exercise during the week that goes between the 27th April and the 3th of May 2019.**

– **EVALUATION WRITTEN TEST (50%): The date will be scheduled by the school competent responsables.**

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes
The methodology allows to develop critical thinking and better perception of the main issues raised



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

by the application of legal regimes within the subjects of the program.

Main Bibliography

WEB SUPPORTING ELEMENTS

- i. BLOG PAGE: [elearning](#)
- ii. COURT DECISIONS DATABASE: <http://www.dgsi.pt>
- iii. UPTODATED PORTUGUESE LAW: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/> + www.dre.pt

BIBLIOGRAPHY

The most important books are marked in yellow .

A. REFERENCE

RUI PINTO, *A Ação Executiva*, AAFDL, 2018

RUI PINTO, *Código de Processo Civil anotado*, 2 vols. Coimbra, Almedina, 2018

RUI PINTO, *Novos estudos de processo civil*, Petrony, 2017

RUI PINTO / HELENA TOMAZ, *Procedimento extrajudicial pré-executivo*, Coimbra Editora, 2015

B. BASIC

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa*, 2ª ed., Lisboa, Quid Juris, 2016.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Curso de processo de execução*, Coimbra, Almedina, 12ª ed., 2010.

FREITAS, José Lebre de, *A ação executiva*, 6ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

_____, *Apreciação do projecto de diploma de reforma da ação executiva*, ROA 68/I (2008),

http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=71980&ida=72371

_____, vide FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro

FREITAS, José Lebre de/ ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 1º, 3ª ed.,



Almedina, 2014.

FREITAS, José Lebre de/ MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º - *Artigos 676º a 943º*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, Coimbra, Almedina, 2016.

RIBEIRO, Virgínio / REBELO, Sérgio, *A Ação Executiva Anotada e Comentada*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2016

SOUSA, Miguel Teixeira de, *A reforma da acção executiva*, Lisboa, Lex, 2004.

_____, *Acção executiva singular*, Lex, Lisboa, (1998).

C. ADDITIONAL

After the 2013 Legal Reform

AMARAL, Patrícia Isabel Duarte, *Extensão do título executivo ao cônjuge do executado no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015.

CARVALHO, Filipa Isabel dos Santos, *Os poderes processuais do cônjuge do executado*, FDUC, Coimbra, 2018.

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Jurisdição e Caso Estabilizado*, Lisboa, Quid Juris, 2017.

After the 2008 Legal Reform

CARVALHO, J. H. Delgado de, *Sobre a venda em leilão eletrónico*, PDF, 2016.

FERNANDEZ, Elisabeth, *A (pretensa) reforma da acção executiva*, CDP 26/Abr-Jun (2009)

FREITAS, Lebre de *Apreciação do projecto de diploma de reforma da acção executiva*, ROA 68/I (2008);

After the 2003 Legal Reform

Balanço da Reforma da Acção Executiva. Segredo de Justiça e Dever de Reserva (II Encontro Anual de 2004), Conselho Superior da Magistratura, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

BAPTISTA, José João, *Acção Executiva*, 9.ª ed, Lisboa, SPB, 2004.

CAMPOS, Isabel Menéres, *As questões não resolvidas da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

CAPELO, Maria José, *Pressupostos Processuais Gerais na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 79-104.

FIALHO, António José, *Da teoria à prática. Algumas dificuldades na aplicação do novo regime da*



acção executiva, Sub Judice 29 (2005).

FREITAS, José Lebre de, *Agente de Execução e Poder Jurisdicional*; Themis 4/VII (2003), 19-34.

_____, *Competência do tribunal de execução para a liquidação da obrigação no caso de sentença genérica arbitral*, ROA, 2006, I. ROA 66/I (2008),

<http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=47772&anoID=47770>

_____, *O primeiro ano de uma reforma executiva adiada*, Sub Judice 29 (2005).

GARCIA, Maria Olinda, *A responsabilidade do Exequente e de Outros Intervenientes Processuais. Breves Considerações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

GERALDES, A. Abrantes, *Títulos Executivos*, Themis 4/VII (2003), 35-36.

GOMES, Januário da Costa Gomes, *Penhora de direitos de crédito. Breves notas*, Themis 4/VII (2003), 105-132.

GOMES, Manuel Tomé, *Balanço da reforma da acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

GOUVEIA, Mariana França, *Penhora e Alienação de Bens Móveis na Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 165-198.

_____, *Poder geral de controlo*, Sub Judice 29 (2005).

LEITÃO, Hélder Martins, *Processo de Execução*, 3.^a ed., Porto, 2006

LOURENÇO, Paula Meira, *Metodologia e Execução da Reforma da Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 261-284.

MENDES, Armindo Ribeiro, *Reclamação de Créditos no Processo Executivo*, Themis 4/VII (2003), 215-240.

PAIVA, Eduardo/CABRITA, Helena, *O Processo Executivo e o Agente de Execução – A Tramitação da Acção Executiva Face às Alterações Introduzidas pelo Decreto-Lei N.º 226/2008, de 20 de Novembro*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, *Prontuário de formulários e trâmites*, vol. IV – *Processo executivo*, Lisboa, Quid Juris, 2007.

Perguntas Frequentes sobre a Reforma da Acção Executiva, 2.^a ed., MJ/GAM, Coimbra, Almedina, 2005.

PIMENTA, Paulo, *Reflexões sobre a nova acção executiva*, Sub Judice 29 (2005).

PINTO, Rui, *A acção executiva depois da reforma*, Lisboa, Quid Jus / Lex, 2004.

_____, *Penhora e Alienação de outros direitos. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Themis 4/VII (2003), 133-164.

_____, *Penhora, Venda e Pagamento. Algumas notas em face das alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 38/2003, de 8 de Março*, Lisboa, Lex, 2003.

Reforma da acção executiva. Boas práticas, Lisboa, CEJ/ OA / CS / CFOA/ MJ-



GPLEP, CSM e CSMP, 2006

REGO, Carlos Lopes do Rego, *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004

_____, *Papel e Estatuto dos Intervenientes no Processo Executivo*, Lisboa, Lex, 2004.

_____, *Penhorabilidade de vencimentos e pensões*, Sub Judice 29 (2005).

_____, *Requisitos da Obrigação Exequenda*, Themis 4/VII (2003), 67-78

SAMPAIO, J. M. Gonçalves, *A acção executiva e a problemática das execuções injustas*, 2^o ed., Coimbra, Almedina, 2008.

SILVA, Paula Costa e, *As Garantias do Executado*, Themis 4/VII (2003), 199-214.

_____, *A reforma da acção executiva*, 3.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

_____, *Processo de Execução*, vol. I - *Títulos Executivos Europeus*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.

_____, *O Título Executivo Europeu*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

SOARES, Carlos Oliveira, *O Caso Julgado na Acção Executiva*, Themis 4/VII (2003), 241-260.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *Aspectos gerais da reforma da acção executiva*, Cadernos de Direito Privado 4 (2003), 3-25.

Prior to the 2008 Legal Reform and after the 1961 Legal Reform

CASTRO, Artur Anselmo de, *A acção executiva singular, comum e especial*, Coimbra, Coimbra Editora, (1970).

COSTA, Ary de Almeida Elias da, *Guia do Processo de Execução*, Coimbra, Almedina, (1968).

MARQUES, J.P. Remédio, *A penhora e a reforma do processo civil, em especial a penhora de depósitos bancários e do estabelecimento comercial*, Lisboa, Lex, 2000.

_____, *Curso de processo executivo comum à face do Código revisto*, Coimbra, Almedina, 2000

FREITAS, José Lebre de, *A penhora do direito ao arrendamento e trespasse*, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, vol. III – Direito do Arrendamento Urbano, Coimbra, Almedina, (2002), 477-491

_____, *Da impenhorabilidade do direito do lojista de centro comercial*, sep. ROA 59/I, (1999), 60.

LOPES, Baptista, *A penhora*, (1967).

LOPES-CARDOSO, Eurico, *Manual da Acção Executiva*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 1968 (2.^a reimp.1996, rev. por Álvaro Lopes-Cardoso),

MENDES, João de Castro, *Direito Processual Civil III*, Lisboa, AAFDL, (1987).

PINTO, Rui, *A penhora por dívida dos cônjuges*, Lisboa, Lex, (1993).

PRAZERES, Gama, *Do processo de execução no actual Código de Processo Civil*, Braga, Livraria



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Cruz, (1963).

SILVA, Germano Marques da, *Lições de direito processual civil*, policop., Lisboa, UCP, (1984).

Prior to the 1961 Legal Reform

CRUZ, Manuel Braga da, *Capacidade patrimonial dos cônjuges. Anteprojecto dum Título do futuro Código Civil.*, BMJ 69 (1957), 353-429.

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I [- Artigos 1º a 408º], 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1948 (reimp. 1982).

_____, *Execução por dívidas dos cônjuges*, BFD XII, (1932), 203.

_____, *Processo de Execução*, 2 vols., 3ª ed., s.d., reimp., Coimbra, Coimbra Editora, (1985).

SERRA, Adriano Vaz, *Realização coactiva da prestação. Execução. Regime civil*, BMJ 73 (1958), 31-394.